



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9508 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS: UMA INTENCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL PAULISTANA

Fabiana Oliveira Canavieira - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

Maria Carmen Silveira Barbosa - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Agência e/ou Instituição Financiadora: FAPEMA

PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS: UMA INTENCIONALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL PAULISTANA

Esta pesquisa objetivou apreender como a Educação Infantil opera princípios e práticas democráticas. A investigação evidencia concepções e ações político-pedagógicas democráticas desenvolvidas na rede municipal de educação da cidade de São Paulo – SP, em três administrações municipais progressistas. Foi desenvolvida por via da Bricolagem teórico-metodológica (KINCHELOE; BERRY, 2007), com base em uma epistemologia pluralista e multireferencial. Para produção e análise de dados utilizei da metodologia da Entrevista Compreensiva (KAUFMANN, 2013). Entrevistei educadoras do quadro da rede municipal há muitos anos, assim como Ex-Secretária/o Municipais de Educação analisando suas concepções e gestão na/para a Educação Infantil. Também realizei análises da política oficial via documentos, programas e projetos destas gestões, com foco na política direcionada à área. As análises apontam que a Educação Infantil pode ser um espaço privilegiado de vivência democrática das crianças, onde elas exercem diferentes tipos de ação política, desde que haja uma intencionalidade explicitamente por parte de gestores/as e educadores/as. A pesquisa evidencia que as práticas participativas das crianças se manifestam através de suas múltiplas linguagens, e que, uma educação verdadeiramente democrática transforma os currículos, os espaços e as relações no interior das instituições da pequena infância.

Palavras-chave: Educação Democrática; Educação Infantil; Política Educacional.

A escola pública ocupa lugar estratégico no tecido social brasileiro, enquanto espaço público *demografizado* (ROSEMBERG, 1999) pelo território nacional, mas não necessariamente democratizado. É ela, a escola, que pode ajudar a promover as formas de organização coletiva, democráticas, emancipatórias, para transformar as/os educandos em

sujeitos históricos, críticos e emancipados, sendo o *locus* das resistências, transgressões e até da *desobediência civil* ou, conduzindo à *servidão voluntária*.

das circunstâncias de crise política, econômica e social em que vive o Brasil desde 2016, quando concretiza-se o mais recente golpe ao frágil sistema democrático brasileiro, tornou-se imperativo ao campo educacional inserir-se no debate sobre os rumos da nação, tendo a formação dos cidadãos e cidadãs e a reafirmação dos valores democráticos como um dos pilares que sustentam qualquer projeto educativo de um país minimamente soberano. Nesse espectro, coube às professoras/os, gestoras/res e pesquisadoras/res perguntarem-se como seu campo de atuação profissional participa das discussões nacionais em prol da democracia, na formação das/dos cidadãos brasileiros e como os princípios democráticos no cotidiano educacional desde a creche são vivenciados.

A partir da conjuntura política e social brasileira e dos estudos sobre o tema da *participação infantil* pelo paradigma teórico da Sociologia da Infância, passei a questionar minhas leituras, buscando no debate sobre a participação infantil e sobre a política educacional da Educação Infantil, onde estavam seus fundamentos democráticos? Destes questionamentos origina-se a problemática desta pesquisa, que é **Como a Educação Infantil, em suas instituições e política educativa, toma parte do debate democrático?** Perguntas relacionadas a essa problemática não saíram mais da minha perspectiva investigativa. Então, a partir delas tracei o seguinte objetivo para a pesquisa, apreender como a Educação Infantil, em âmbito municipal, opera concepções e práticas democráticas para garantir o exercício da cidadania participativa das crianças pequenas.

Para perseguir o objetivo traçado e responder à problemática principal, foi necessário reunir uma gama de referenciais teóricos plurais e uma metodologia que pudesse colocá-los em diálogo, que coubesse não só perspectivas epistemológicas diversificadas, mas subjetividade, arte, política e um corpo em movimento. Essa metodologia é a *Bricolagem*. Que se afirma como *multimetodológica* e *multiperceptiva*. Na *Bricolagem*, o conhecimento é visto como transitório, está sempre em processo, tornando impossível a possibilidade de produzir uma explicação completa sobre o fenômeno social, pois a complexidade das relações inerente ao fenômeno não permite seu aprisionamento, nem sua total finalização. Uma das principais características defendidas pela *Bricolagem* é a ausência de um método ou procedimento único para construir o conhecimento na pesquisa.

Por isso, o desenho da *bricolagem* desta pesquisa é composto pelo método da Entrevista Compreensiva (KAUFMANN, 2013) que fundamenta a aproximação e diálogo com os atores colaboradores desta pesquisa, mas também para construção e análise dos dados assim como, pela metodologia da abordagem de Ciclos de Políticas Educacionais (BALL; MAINARDES, 2016).

Foi difícil construir um itinerário que sintetizasse os estudos sobre a Democracia, dada a complexidade do tema e a polifonia que envolve sua conceituação não só como sistema de governo, mas como almejou Nelson Coutinho (1984), como *valor universal*. O ponto de partida escolhido foi tomar emprestado do filósofo francês Jacques Rancière (1994), umas das principais referências teóricas desta pesquisa, os seguintes questionamentos: ainda é possível falar em Democracia? Qual democracia defendemos?

Rancière (1994) revisa a polêmica contida no paradoxo sentindo inerente à etimologia do termo Democracia, em que o entendimento de *demos* corresponde, pois saindo do contexto ateniense em que o povo é composto de cidadãos escolhidos, em âmbito geral, *demos* designa *povo*, ou seja, Democracia seria o poder dos sem poderes, daqueles sem qualificações nem posses. Retomar o **empoderamento dos sem poder** é a defesa chave que faço neste estudo, para ressignificação do conceito de democracia que inclua as crianças pequenas, não deve

haver pré-requisitos para o exercício da cidadania.

O conceito de cidadania é um dos pontos centrais, questionando como foi entendida desde a Grécia antiga, visto que os cidadãos de Atenas eram apenas os homens maiores de 18 anos, livres e de origem jônia. Ou seja, era uma cidadania patriarcal e segregacionista, evidenciando que, desde o século V (a.C.) a Democracia é uma narrativa masculina e adultocêntrica, o que a distancia ainda mais dos sujeitos desse estudo, por isso buscar pela ressignificação destes conceitos foi o primeiro passo na tentativa de construir pontes com o campo da educação infantil.

Foi necessária uma revisão da história recente da Educação Infantil buscando destacar como ela discutiu os temas referentes à Democracia e à educação democrática, desde anos 1980. Nesse debate a luta pelo direito à Educação Infantil está estreitamente relacionada ao processo de redemocratização do país pós-ditadura militar, ainda assim, é perceptível uma lacuna nos principais documentos e nas pesquisas da área, dos princípios e fundamentos democráticos de: liberdade, igualdade, autonomia, emancipação e solidariedade enquanto valores que precisam ser explicitamente pautados em todo processo educacional, mas ainda se fazem ausentes na Educação Infantil brasileira.

A partir da leitura de Rosemberg (1999), cabe destacar a diferenciação entre o entendimento de *democratização do acesso* à Educação Infantil e sua *democratização* apenas como expansão territorial. Como pontou a autora, a expansão sem os fundamentos democráticos passa a produzir diferentes formas de exclusão – de crianças negras, pobres, nortista e nordestina, assim como das mulheres negras que forma “recrutadas” para socializarem as crianças na subalternidade. A democratização aqui defendida também é a democratização **na** e **com** a Educação Infantil, como um processo de partilha que estabeleça práticas pedagógicas e relações democráticas entre os sujeitos das diferentes idades nas instituições de educação e cuidados das crianças pequenas.

Peter Moss (2009) explicita a importância da **intencionalidade democrática** estar presente tanto na formulação da política educacional, quanto no horizonte das práticas pedagógicas cotidianas junto às crianças, foi essa “intencionalidade” que busquei nos meus estudos de revisão da Educação Infantil, e partir de então, busquei apreender como os princípios da democracia participativa estão, ou não, presentes na Educação Infantil.

Além disso, revisei alguns estudos do âmbito da Sociologia da Infância que versam sobre o tema da *participação infantil* tentando fazer a diferenciação entre os níveis de participação como ponto fundante da prática pedagógica associada a esta defesa. Nesses estudos têm sido fundamental traçar ponderações acerca da dialética entre os direitos de *proteção x participação* das crianças, visando ampliar as concepções de participação infantil à ideia de ação política das crianças, como expansão da visão institucionalizada e até domesticada da participação infantil, controlada pela perspectiva das adultas/os e não como cidadania infantil, autogestão e auto-organização coletivas das crianças que extrapolem o ambiente escolar.

Ao trilhar em busca de perspectivas democráticas na Educação Infantil vários caminhos conduziram-me a São Paulo, por isso desenhei um esboço cartográfico do percurso que percorri até a capital paulistana. Dois motivos apontaram a pesquisa empírica e a produção de dados até a capital paulistana, o primeiro deles era o conhecimento da realização de Conselhos Infantis, Assembleias de Crianças e Cortejos das crianças pela cidade por algumas instituições de Educação Infantil da Rede Municipal. O segundo motivo surge após suposição de que essas práticas tidas como democráticas com as crianças pequenas, teriam sua origem na gestão Municipal da prefeita Luiza Erundina (PT – 1989 – 1992) quando o professor Paulo Freire foi Secretário Municipal de Educação - partindo destes pontos fui em

busca de conhecer essas práticas, sua origem e fundamentos.

O recorte da pesquisa é caracterizado tendo como referência as três administrações da Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores, da prefeita Luiza Erundina (1989 – 1992), da prefeita Marta Suplicy (2001 – 2004) e do prefeito Fernando Haddad (2013 – 2016), situando a política educacional oficial de cada gestão por via dos documentos, programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação, com foco na política democrática direcionada à Educação Infantil. Cada um desses três governos apresenta especificidades no modelo de gestão, todavia, é possível estabelecer relações entre essas três administrações no que tange a intencionalidade democrática.

Paulo Freire semeou as sementes democráticas a partir do processo dialógico com a rede municipal, da criação dos conselhos regionais de conselhos escolares e da busca por transformação da “cara da escola” pela reforma curricular participativa e formação docente. No governo Marta, à época, Suplicy, ela retoma o incentivo aos Conselhos e à criação dos grêmios estudantes; constrói uma reforma administrativa de descentralização de toda a gestão municipal, que também acontece no âmbito da SME, investe em formação docente com forte viés cultural e na construção dos Centros Educacionais Unificados – CEUs que expandem a ideia de território educativo e cidade educadora. O governo Fernando Haddad vem regulamentar avanços e conquistas da rede municipal de educação, é a uma gestão que não buscou recuperar as perspectivas da política educacional das gestões petistas anteriores, dialoga mais com o governo federal, e com a política que foi construída em sua gestão enquanto Ministro da Educação. A ênfase dada é a qualidade social e à escuta das crianças e comunidade escolar.

Por fim, é dada visibilidade às *Entrevistas Compreensivas* – como método dialógico que permite a aproximação do objeto da pesquisa a partir das subjetividades das/dos informantes colaboradores. Realizo uma análise do papel de mediação desses atores na construção e consolidação das políticas municipais de Educação Infantil. Percebe-se uma *identidade coletiva* de uma *comunidade político-afetiva* que foi sendo paulatinamente construída pelas políticas formativas da SME/SP, e que, há a construção de uma subjetividade democrática que remontam ao legado de Paulo Freire como Secretário e teórico que as fundamenta.

As concepções e os fundamentos que respaldam as práticas democráticas na educação infantil paulistana se configuram a partir das particularidades da realidade educacional da rede municipal da cidade, que não são tão comuns em outras redes, tais como: i) A Educação Infantil ter surgido há mais de 80 anos atrás a partir da criação dos Parques Infantis, idealizados por Mário de Andrade enquanto Secretário de Cultura da cidade. ii) Por essa rede sempre ter contado com o diálogo assíduo com as universidades e suas pesquisas por meio do trabalho de parceria com professoras pesquisadoras que as assessoraram durante as três administrações municipais pesquisadas. iii) A relação que algumas profissionais da Educação Infantil desta rede mantém com a militância social, principalmente através dos Fóruns, Estadual e Municipal de Educação Infantil, o que as insere no debate contemporâneo das demandas sociais relacionadas à educação da primeira infância, e por fim, mas não menos importante, ter tido Paulo Freire como Secretário Municipal de Educação, e vivenciarem sua práxis educativa.

Por fim, há nas falas e na política, uma ênfase dada a importância da escuta das crianças, como intencionalidade político-pedagógica de construir a educação infantil municipal, essa escuta é realizada cotidianamente, mas também em momentos específicos de forma coletiva, nas Assembleias de Turma e nos Conselhos de Crianças. A participação das crianças nos conselhos é muito mais do que um procedimento pedagógico, é o exercício da

cidadania e a construção da subjetividade democrática nas crianças. Fiz e faço a defesa de uma Educação Infantil Democrática. De uma democracia ressignificada, construída com e na Educação Infantil, com protagonismo das crianças.

Referências

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. *Política Educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal e outros ensaios*. 2.ed. Rio de Janeiro: Salamadra, 1984.

KAUFMANN, Jean-Claude. *A entrevista compreensiva: um guia para a pesquisa de campo*. Petrópolis (RJ): Vozes; Maceió (AL): Edufal, 2013.

KINCHELOE, Joe L.; BERRY, Kathleen S. *Pesquisa em Educação: conceituando a bricolagem*. Porto Alegre: Artmed, 2007.

MOSS, Peter. Introduzindo a política na creche: a educação infantil como prática democrática. *Revista Psicologia*. São Paulo, v.20, no.3, p. 417 – 423, jul./set. 2009.

RANCIÈRE, Jacques. *Ainda se pode falar em democracia?* Lisboa: Ymago, 2014.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da Educação Infantil e a produção de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, nº 107, p. 7 – 40, julho/1999.